



CONCURSO PÚBLICO

003. PROVA OBJETIVA

ANALISTA DE GESTÃO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 4 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a postagem de rede social para responder às questões 01 e 02:



01. A postagem traz um posicionamento contrário

- (A) aos lucros individuais.
- (B) ao letramento do povo.
- (C) à distribuição de riqueza.
- (D) às apostas em bets.
- (E) ao avanço tecnológico.

02. A relação de sentido entre as duas cenas apresentadas na postagem está corretamente expressa por:

- (A) À medida que diminuiu o número de analfabetos no Brasil, aumentou o número de alfabetos.
- (B) Porquanto tenha diminuído o número de analfabetos no Brasil, aumentou o número de alfabetos.
- (C) Embora tenha diminuído o número de analfabetos no Brasil, aumentou o número de alfabetos.
- (D) O número de analfabetos no Brasil diminuiu, portanto aumentou o número de alfabetos.
- (E) O número de analfabetos no Brasil diminuiu, para que aumentasse o número de alfabetos.

Leia o texto para responder às questões de 03 a 11:

Medidas contra as bets são muito tímidas

O governo endureceu as regras para a publicidade das apostas esportivas. Todas as propagandas de bets deverão agora exibir advertências informando que apostar pode causar dependência, faz perder dinheiro e não é investimento. Também ficam proibidas peças publicitárias que associem as apostas a sucesso financeiro, fonte de renda ou enriquecimento fácil. As medidas representam um avanço e mostram que o Estado reconhece, de forma clara, os riscos de uma atividade que nem deveria ter sido legalizada. Nesse sentido, as medidas do governo são muito tímidas.

Nos últimos anos, o mercado de apostas online cresceu sem freios. Enquanto a regulamentação patinava, empresas se instalaram no País e multiplicaram patrocínios a clubes, campeonatos e programas esportivos. Também transformaram influenciadores, atletas e celebridades em vitrines permanentes de um negócio apresentado como entretenimento inofensivo. O tsunami veio com a Copa do Mundo. Hoje, as pesquisas mostram o aumento do endividamento das famílias, o crescimento dos casos de ludopatia, a pressão sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) e até o adiamento do ingresso de jovens no ensino superior.

Trata-se de impor à publicidade das bets limites proporcionais aos danos que elas provocam. Foi essa lógica que orientou, ao longo das últimas décadas, a restrição à propaganda de cigarros. Ninguém proibiu o consumo. O que se reconheceu foi que produtos capazes de causar prejuízos dessa dimensão à saúde pública não poderiam continuar sendo promovidos como símbolos de sucesso, diversão ou qualidade de vida.

No segundo semestre, o Supremo Tribunal Federal (STF) deverá retomar o julgamento das ações que questionam a constitucionalidade da Lei das Bets. Entre os temas em debate estão a proteção de grupos vulneráveis, como beneficiários de programas sociais, e os limites de uma atividade que, segundo a Procuradoria-Geral da República, possui caráter predatório e compromete direitos fundamentais. O presidente do STF já associou o avanço das apostas ao crime organizado e classificou o tema como um grave problema social e de segurança pública. Suas declarações indicam que o tribunal dificilmente será permissivo.

O julgamento, porém, ainda está distante, e seu resultado é incerto. Até lá, governo e Congresso não têm desculpa para continuar adiando restrições muito mais severas à publicidade das bets. Não basta alertar sobre os riscos de uma atividade reconhecidamente nociva enquanto sua publicidade continua ocupando estádios, transmissões esportivas, redes sociais e a rotina dos brasileiros quase sem limitações. O aviso institucional é bem-vindo, mas a tolerância já passou da hora de acabar.

(Editorial. <https://www.estadao.com.br/opiniao>, 15.07.2026. Adaptado)

03. Na análise que apresenta em relação às bets, o editorial enfatiza que

- (A) o movimento com vistas a coibi-las é mais rigoroso do que aquele que pretendeu acabar com a circulação do cigarro no país, o que sugere que tanto o governo quanto o Supremo Tribunal Federal deverão empenhar-se para que as apostas online sejam erradicadas.
- (B) a liberdade de se utilizar as plataformas de apostas, conhecidas como bets, deve ser assegurada a todo cidadão, do mesmo modo que, ao longo das últimas décadas, ninguém proibiu o cigarro, deixando que a opção por consumi-lo fosse uma deliberação pessoal.
- (C) o governo e o Congresso devem apresentar restrições mais severas à publicidade das bets, considerando-se que não há consenso de que sejam vistas como inconstitucionais, já que o Supremo Tribunal Federal entende que elas não são um grave problema social.
- (D) a legalização das bets é uma afronta à vida social, haja vista a amplitude de problemas causados aos cidadãos, e, nesse contexto, as autoridades devem tratá-las com austeridade, até que se julguem as ações que questionam a constitucionalidade da Lei das Bets.
- (E) a constitucionalidade das bets deverá ser analisada em breve e, apesar de serem indevidamente atacadas por atingirem grupos vulneráveis, tanto o governo quanto o Congresso deveriam ser indulgentes com elas, evitando uma convulsão social com a sua proibição.

04. De forma inequívoca, o editorial explica que as bets

- (A) financiam o crime organizado no país.
- (B) são problema de saúde pública.
- (C) garantem entretenimento inofensivo.
- (D) estão acima do ordenamento legal.
- (E) sofrem com o preconceito das pessoas.

05. No último parágrafo, o editorial chama a atenção para o fato de que existe

- (A) uma constatação relativa à presença das bets no cotidiano dos cidadãos, o que, na visão do jornal, se trata de algo bem-vindo.
- (B) um papel fundamental das bets na vida social e financeira dos cidadãos, ainda que elas representem eventuais problemas.
- (C) um paradoxo difícil de ser contornado, pois, apesar da inconstitucionalidade das bets, elas estão naturalmente na vida de todos.
- (D) uma comparação entre o julgamento da lei e o julgamento das pessoas, mostrando que ambos estão sendo bastante severos.
- (E) uma contradição entre os alertas sobre os perigos que as bets representam e a publicidade delas no cotidiano dos cidadãos.

06. Assinale a alternativa em que o termo destacado está empregado em sentido próprio.

- (A) O governo endureceu as **regras** para a publicidade das apostas esportivas. (1º parágrafo)
- (B) Nesse sentido, as medidas do governo são muito **tímidas**. (1º parágrafo)
- (C) Nos últimos anos, o mercado de apostas online cresceu sem **freios**. (2º parágrafo)
- (D) Enquanto a regulamentação **patinava**, empresas se instalaram no País... (2º parágrafo)
- (E) O **tsunami** veio com a Copa do Mundo. (2º parágrafo)

07. No texto, diz-se que a atividade das bets “possui caráter **predatório**” e que “o tribunal dificilmente será **permissivo**.” No contexto em que estão empregados, os termos “predatório” e “permissivo” devem ser associados, correta e respectivamente, aos sentidos de:

- (A) imoral; intolerante.
- (B) constrangedor; frágil.
- (C) fraudulento; aquiescente.
- (D) regulatório; consentível.
- (E) criminoso; impugnável.

08. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de colocação pronominal e de concordância.

- (A) Agora dever-se-á exibir advertências em todas as propagandas de bets. Também fica proibida peça publicitária que associe as apostas à vitória financeira.
- (B) Agora dever-se-ão exibir advertências em todas as propagandas de bets. Também fica proibida peça publicitária que associe as apostas à vitória financeira.
- (C) Agora se deverá exibir advertências em todas as propagandas de bets. Também fica proibido a peça publicitária que associe as apostas à vitória financeira.
- (D) Agora deverão-se exibir advertências em todas as propagandas de bets. Também fica proibido à peça publicitária que associe as apostas à vitória financeira.
- (E) Agora deverão exibir-se advertências em todas as propagandas de bets. Também fica proibida a peça publicitária que associe as apostas à vitória financeira.

09. A forma verbal destacada confere sentido de obrigação à informação em:

- (A) Todas as propagandas de bets **deverão** agora exibir advertências... (1º parágrafo)
- (B) ... informando que apostar **pode** causar dependência, faz perder dinheiro... (1º parágrafo)
- (C) ... e **multiplicaram** patrocínios a clubes, campeonatos e programas esportivos. (2º parágrafo)
- (D) Hoje, as pesquisas **mostram** o aumento do endividamento das famílias... (2º parágrafo)
- (E) Suas declarações **indicam** que o tribunal dificilmente será permissivo. (4º parágrafo)

10. Os termos destacados correspondem, correta e respectivamente, a um artigo definido e a um adjetivo, e ambos definem o mesmo substantivo na passagem:

- (A) ... em vitrines permanentes de **um** negócio **apresentado** como entretenimento inofensivo. (2º parágrafo)
- (B) Entre os temas em debate estão **a** proteção de grupos **vulneráveis**... (4º parágrafo)
- (C) Suas declarações indicam que **o** tribunal **dificilmente** será permissivo. (4º parágrafo)
- (D) Não basta alertar sobre os riscos de **uma** atividade reconhecidamente **nociva**... (5º parágrafo)
- (E) **O** aviso **institucional** é bem-vindo, mas a tolerância já passou da hora de acabar. (5º parágrafo)

11. Assinale a alternativa em que a expressão destacada estabelece a mesma relação de sentido que a destacada na passagem "... o Estado reconhece, **de forma clara**, os riscos de uma atividade..." (1º parágrafo).

- (A) Nos últimos anos, o mercado de apostas online cresceu **sem freios**. (2º parágrafo)
- (B) Trata-se de impor à publicidade das bets limites proporcionais **aos danos**... (3º parágrafo)
- (C) Entre os temas em debate estão a proteção **de grupos vulneráveis**... (4º parágrafo)
- (D) ... e classificou o tema como um grave problema social e **de segurança pública**. (4º parágrafo)
- (E) O aviso institucional é bem-vindo, mas a tolerância já passou **da hora** de acabar. (5º parágrafo)

Leia o texto do escritor angolano Pepetela para responder às questões de 12 a 20:

Os balanços

Quero falar dos balanços que as instituições e os poderes políticos, desde governos a comissões de moradores de prédios, fazem anualmente. Felizmente para nós, pobres cidadãos que deles dependemos, os balanços são sempre positivos. Por isso não compreendo como podemos ficar descontentes ou andar sempre macambúzios¹, de bolsos furados.

Se tudo corre sempre bem e os balanços foram favoráveis, por que resmungamos com a carestia da vida, ou a opacidade do futuro? Nós, os pequenos, somos incuravelmente pessimistas, caso para psiquiatria. Pois então não ouvimos as notas positivas emanadas dos balanços? Até mesmo uma comissão criada para um programa que desconseguiu de resolver apresenta balanço positivo e abre champanhe na hora de prestar contas (verbais, porque as monetárias ficam só para alguns, os mesmos de sempre). Somos pessimistas e ingratos, invejosos de os ver sempre a beber champanhe. Desconfiamos dos que apresentam os balanços, os nossos chefes bem-amados. É evidente, merecemos o inferno em que vivemos, sem champanhe.

Divirto-me muito a ouvir ou ler o balanço feito a visitas ao estrangeiro de membros do Governo ou delegações de qualquer tipo, desportivas, diplomáticas ou culturais. As viagens são sempre positivas, alcançando resultados de que só o futuro mostrará a magnitude. Como temos fraca memória, no futuro nunca lembramos os termos de referência dessas visitas positivas.

Ultimamente surgiram balanços em muitos jornais. Partindo do princípio que a década acabou agora (os matemáticos que resolvam definitivamente essa maka², pois parece que é só para o ano), fez-se o balanço da década. Como esses jornais se concentram no Norte (ou seguindo os interesses do Norte), finalmente encontramos balanços negativos. Terrorismo, guerras, crises financeiras e econômicas constantes, desemprego em alta, suicídios de ricos (raríssimos, mas servem de índice), tímidas prisões de uns poucos corruptos, enfim, tudo desgraças. Para esses jornais, a primeira década desse milênio é para esquecer.

Pois eu faço um balanço positivo. Por uma vez tinha de ser. Nesta década gozamos finalmente de paz. E o país até cresce muito, apesar dos disparates. Andamos na contra-mão, já é mania de ser diferente...

(Pepetela. *Crônicas Maldispostas*. 2015. Adaptado)

Vocabulário:

¹ macambúzios: tristonhos, taciturnos

² maka: cisão, desentendimento

12. Ao expressar seu ponto de vista sobre os balanços divulgados, o cronista deixa claro que há uma

- (A) diferença entre os dados apresentados e a vida real, pois esta esconde vantagens não captadas por aqueles.
- (B) tentativa da população de deturpar os resultados divulgados, porque querem obter mais privilégios.
- (C) similaridade inquestionável entre os resultados divulgados e a percepção das pessoas sobre a vida.
- (D) discrepância evidente entre a realidade das pessoas e os resultados divulgados nessas ocasiões.
- (E) intenção louvável de apresentar resultados positivos às pessoas, como forma de fortalecer a autoestima.

13. Passagens como “Nós, os pequenos, somos incuravelmente pessimistas, caso para psiquiatria. Pois então não ouvimos as notas positivas emanadas dos balanços?” (2º parágrafo) e “As viagens são sempre positivas, alcançando resultados de que só o futuro mostrará a magnitude.” (3º parágrafo) indicam que o cronista

- (A) se submete à ideia de positividade veiculada por estar confuso.
- (B) se refere com ironia à ideia de positividade a que está exposto.
- (C) se redime e reconhece a positividade presente na vida social.
- (D) se abstém de posicionar-se claramente sobre a positividade.
- (E) se contradiz sobre a ideia de positividade, que prefere aceitar.

14. Assinale a alternativa que traz correta análise das informações do último parágrafo do texto e na qual o acento indicativo da crase está de acordo com a norma-padrão.

- (A) O cronista reconhece que seu país está deslumbrando-se com à paz reinante e, por enquanto, crescer não está entre suas prioridades.
- (B) Para o cronista, o seu país chegou à paz, no entanto, ainda convive com alguns disparates, o que não o impede de crescer.
- (C) O cronista considera que seu país vive um momento positivo, pois o povo, incentivado pela paz, deu fim à todos os disparates.
- (D) Para o cronista, o seu país perdeu o ritmo de crescimento, pois cada um se dedica à uma forma diferente de enfrentar os problemas.
- (E) O cronista vê o seu país imerso em um colapso real, pois ignoram tanto os problemas quanto à importância da paz obtida.

15. Considere as passagens:

- Felizmente para nós, **pobres** cidadãos que deles dependemos... (1º parágrafo)
- Pois então não ouvimos as notas positivas **emanadas** dos balanços? (2º parágrafo)
- ... alcançando resultados de que só o futuro mostrará a **magnitude**. (3º parágrafo)
- Nesta década **gozamos** finalmente de paz. (5º parágrafo)

No contexto em que estão empregados, os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) ordinários; veiculadas; natureza; possuímos.
- (B) miseráveis; oriundas; alcance; sentimos.
- (C) meros; vindas; importância; desfrutamos.
- (D) genuínos; nascidas; relevância; zombamos.
- (E) vulgares; exaladas; desprendimento; fruímos.

16. Sem prejuízo ao sentido original e em conformidade com a norma-padrão de regência verbal e de flexão verbal, a passagem “Como temos fraca memória, no futuro nunca lembramos os termos de referência dessas visitas positivas.” (3º parágrafo) admite a seguinte reescrita:

- (A) No futuro, nunca nos lembraremos dos termos de referência dessas visitas positivas, por isso termos memória fraca.
- (B) Ainda que temos fraca memória, no futuro nunca nos lembraríamos dos termos de referência dessas visitas positivas.
- (C) No futuro, nunca nos lembraremos dos termos de referência dessas visitas positivas, já que temos memória fraca.
- (D) Conforme tivéssemos fraca memória, no futuro nunca nos lembrávamos os termos de referência dessas visitas positivas.
- (E) No futuro, nunca nos lembremos dos termos de referência dessas visitas positivas, mesmo que teremos memória fraca.

17. Na passagem “... suicídios de ricos (**raríssimos**, mas servem de índice) ...” (4º parágrafo), a flexão do adjetivo destacado tem por objetivo

- (A) questionar o índice relativo aos suicídios dos ricos.
- (B) enfatizar a excepcionalidade de suicídio entre os ricos.
- (C) sugerir a alta adesão dos ricos à prática do suicídio.
- (D) esclarecer a inutilidade do índice de suicídios de ricos.
- (E) mostrar o sofrimento maior dos ricos com os suicídios.

18. Considere as passagens:

- Quero falar dos balanços que as instituições e os poderes políticos, **desde** governos **a** comissões de moradores de prédios, fazem anualmente. (1º parágrafo)
- ... por que resmungamos **com** a carestia da vida, ou a opacidade do futuro? (2º parágrafo)
- Ultimamente surgiram balanços **em** muitos jornais. (4º parágrafo)

O par de preposições “desde ... a” e as preposições “com” e “em” estabelecem, correta e respectivamente, relações de sentido de:

- (A) restrição; finalidade; lugar.
- (B) restrição; modo; meio.
- (C) extensão; causa; finalidade.
- (D) amplitude; causa; lugar.
- (E) amplitude; lugar; finalidade.

19. Somos pessimistas e ingratos, incomodados _____ a tomar champanhe. E somos acostumados _____ desconfiar dos que apresentam os balanços. É evidente _____ merecemos o inferno em que vivemos, sem champanhe.

Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) sobre vê-los ... sobre ... de que
- (B) em ver eles ... de ... de que
- (C) a ver-lhes ... com ... de que
- (D) por ver eles ... em ... que
- (E) com vê-los ... a ... que

20. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de pontuação.

- (A) Anualmente balanços são feitos pelas comissões de moradores de prédios e pelos poderes políticos. Estes, normalmente, os destinam a todos os moradores da cidade; aquelas, aos dos prédios. De qualquer modo, os pobres cidadãos recebemos balanços sempre positivos.
- (B) Anualmente, balanços são feitos, pelas comissões de moradores de prédios e pelos poderes políticos. Estes normalmente, os destinam a todos os moradores da cidade; aquelas aos dos prédios. De qualquer modo, os pobres cidadãos, recebemos balanços sempre positivos.
- (C) Anualmente balanços são feitos pelas comissões de moradores de prédios e pelos poderes políticos. Estes normalmente os destinam, a todos os moradores da cidade: aquelas, aos dos prédios. De qualquer modo os pobres cidadãos recebemos balanços, sempre, positivos.
- (D) Anualmente, balanços, são feitos pelas comissões de moradores de prédios e pelos poderes políticos. Estes, normalmente os destinam a todos os moradores da cidade; aquelas, aos dos prédios. De qualquer modo os pobres cidadãos recebemos, balanços sempre positivos.
- (E) Anualmente balanços são feitos pelas comissões de moradores de prédios e pelos poderes políticos. Estes normalmente os destinam a todos os moradores da cidade; aquelas aos dos prédios. De qualquer modo os pobres cidadãos, recebemos balanços sempre positivos.

21. Durante a elaboração de um programa de integridade, foi realizada uma análise, cruzando-se a probabilidade de um evento acontecer com a gravidade do seu impacto, chegando-se a uma matriz 4x4.

A ferramenta utilizada nessa análise é denominada matriz

- (A) de Riscos.
- (B) BCG.
- (C) de Eisenhower.
- (D) GE/McKinsey.
- (E) RACI.

22. Em programas de integridade, uma boa prática diz respeito à verificação minuciosa de antecedentes de terceiros, a exemplo de processos de contratações públicas.

Essa coleta e análise minuciosa de dados de um terceiro é denominada

- (A) *tone at the top*.
- (B) *core value*.
- (C) *due diligence*.
- (D) *red flag*.
- (E) *risk assessment*.

23. Nas práticas de ESG, existem organizações, sejam elas públicas ou privadas, que promovem com grande apelo midiático seus produtos e/ou serviços como ambientalmente responsáveis, mas que, na prática, são ineficazes, possuem impacto mínimo ou escondem retrocessos estruturais e desmonte de fiscalização.

Esse grande desafio nas agendas ESG é denominado como

- (A) *triple bottom line*.
- (B) *greenwashing*.
- (C) *circular economy*.
- (D) *upcycling*.
- (E) *e-waste*.

24. Na implementação e monitoramento de um programa de integridade, há metodologias visuais que contribuem na gestão e análise de riscos de uma organização. Uma delas traz, ao centro, o evento crítico; do lado esquerdo, as ameaças e medidas preventivas; e, do lado direito, as consequências e medidas mitigadoras.

Dadas essas características, assinale a alternativa que indica corretamente a ferramenta utilizada.

- (A) Diagrama de Ishikawa.
- (B) Diagrama de Venn.
- (C) Matriz de Ansoff.
- (D) Gráfico de Gantt.
- (E) Diagrama Bow Tie.

25. Ao implementar práticas de ESG em uma organização, seja ela pública ou privada, alguns dos benefícios que podem ser esperados por meio de cada um dos três pilares dessa sigla são:

- (A) E - políticas anticorrupção; S - auditorias regulares; G - *compliance*.
- (B) E - auditorias regulares; S - gestão de resíduos; G - treinamentos de inclusão.
- (C) E - diversidade e inclusão; S - políticas anticorrupção; G - independência do conselho de administração.
- (D) E - redução da pegada de carbono; S - políticas de equidade salarial; G - criação de canal de denúncia anônimo.
- (E) E - gestão de resíduos; S - segurança do trabalho; G - diversidade e inclusão.

RACIOCÍNIO LÓGICO E ANALÍTICO

26. Para uma atividade de formação, os 140 funcionários de uma empresa serão divididos em 5 grupos, não necessariamente com os mesmos números de pessoas. Os coordenadores dessa formação selecionaram 20 funcionários fixos para cada grupo e instruíram os demais funcionários que escolhessem em quais dos 5 grupos gostariam de ficar, cada funcionário podendo escolher, de maneira autônoma, apenas 1 grupo.

Após todos os grupos estarem formados, é, necessariamente, verdadeiro que

- (A) pelo menos dois grupos terão mais de 21 funcionários cada.
- (B) algum grupo terá menos de 28 funcionários.
- (C) todos os grupos terão, cada um, mais de 20 funcionários.
- (D) um dos grupos terá mais de 27 funcionários.
- (E) nenhum grupo terá 40 funcionários.

27. Ana, Maria e Rita trabalham em um mesmo departamento, e obedecem aos seguintes critérios para beber café no trabalho quando as três trabalham presencialmente no mesmo dia:

- Se Ana beber café, Maria também bebe;
- Maria ou Rita sempre bebem café, mas não no mesmo dia;
- Ana ou Rita sempre bebem café, mas não necessariamente no mesmo dia;
- Se Rita beber café, Ana também bebe.

De acordo com esses critérios, quando essas três mulheres trabalham presencialmente no mesmo dia,

- (A) Rita sempre bebe café, e Ana e Maria às vezes bebem.
- (B) Rita nunca bebe café, e Ana e Maria sempre bebem.
- (C) Maria nunca bebe café, e Ana e Rita sempre bebem.
- (D) Maria e Rita sempre bebem café, e Ana às vezes bebe.
- (E) Ana e Rita sempre bebem café, e Maria às vezes bebe.

28. Considere a seguinte sequência, formada a partir de um padrão lógico:

333, 337, 343, 318, 322, 328, 303, 307, 313, 288, ...

Sabendo que a sequência tem infinitos elementos, seu menor elemento, que é maior do que zero, corresponde ao número

- (A) 1.
- (B) 3.
- (C) 5.
- (D) 7.
- (E) 9.

29. Considere a afirmação: “Se Natália anda de bicicleta e joga futebol, então o dia está ensolarado”.

Uma negação dessa afirmação é equivalente a:

- (A) Natália anda de bicicleta e joga futebol e o dia não está ensolarado.
- (B) O dia está ensolarado e Natália não anda de bicicleta e não joga futebol.
- (C) Se o dia não está ensolarado, então Natália não anda de bicicleta ou não joga futebol.
- (D) Se Natália não anda de bicicleta e não joga futebol, então o dia está ensolarado.
- (E) Se Natália não anda de bicicleta ou não joga futebol, então o dia não está ensolarado.

30. Em uma festa, todas as crianças usavam chapéus de aniversário, cada chapéu impresso corretamente com o nome de quem o usava. Cinco dessas crianças foram a um brinquedo em que era obrigatória a retirada dos chapéus e, ao saírem desse brinquedo, pegaram os chapéus sem conferir os nomes, de maneira que, após colocarem o chapéu, constataram que ninguém usava o chapéu com o próprio nome.

Um monitor dessa festa, que sabia o nome de todas as crianças, percebeu a confusão e ouviu, em sequência, as seguintes afirmações, cada afirmação proferida pela criança identificada pelo nome escrito no chapéu que usava e não pela criança que tem esse nome:

Nome no chapéu	Afirmação
Ariel	Ariel não está usando o chapéu da Érica.
Bruna	O meu chapéu está na cabeça de Bruna.
Carlos	Daniel está usando o chapéu de Érica.
Daniel	Carlos está com o chapéu de Ariel.
Érica	Carlos está com o meu chapéu.

O monitor constatou que a criança usando o chapéu escrito Érica proferiu uma afirmação verdadeira, que apenas Carlos e Érica mentiram em suas afirmações, e que Ariel não estava com o chapéu de Carlos. Portanto, Carlos e Daniel estão usando, respectivamente, os chapéus de

- (A) Ariel e Bruna.
- (B) Ariel e Carlos.
- (C) Bruna e Érica.
- (D) Daniel e Carlos.
- (E) Daniel e Érica.

31. Se Algacyr está trabalhando, então não é domingo. Se é domingo, então Algacyr usa chinelo e moletom. Quando Algacyr está trabalhando ou ele usa o computador ou ele usa uma máquina de escrever. Algacyr só usa o computador se estiver usando chinelo. Algacyr só usa máquina de escrever se estiver usando moletom. Algacyr saiu de casa usando chinelo, mas não está usando moletom, logo é verdadeiro que

- (A) Algacyr vai trabalhar e usar o computador.
- (B) não é domingo e Algacyr vai usar o computador.
- (C) Algacyr vai usar o computador, mas não vai trabalhar.
- (D) é domingo e Algacyr não vai usar a máquina de escrever.
- (E) não é domingo ou Algacyr vai usar a máquina de escrever.

32. Considere os dez primeiros elementos de uma sequência finita S1 e seu último elemento:

S1: 47, 58, 71, 79, 95, 109, 119, 130, 134, 142, ..., 221

A sequência finita S2 tem o mesmo padrão de formação da sequência anterior, seu primeiro elemento é o número 25 e seu último elemento é o número 317.

Quantos elementos a sequência S2 tem a mais do que a sequência S1?

- (A) 8.
- (B) 9.
- (C) 11.
- (D) 12.
- (E) 13.

33. Na casa de Fábio, há um relógio de corda que marca a passagem dos números de horas e de minutos corretamente. Certo sábado, após o relógio parar por falta de corda, Fábio deu corda no relógio, ajustou os ponteiros para que marcassem 7h15 e caminhou pela rua do Sol até o centro da cidade, onde existe um relógio que sempre marca a hora certa. Assim que chegou ao centro viu que o relógio marcava 8h30 e aproveitou para jogar xadrez com os amigos. Ao iniciar a volta para casa, viu que o relógio do centro da cidade marcava 10h59 e fez o caminho de volta pela rua da Lua. Ao chegar em casa, viu que o relógio de corda marcava 11h11.

Sabendo que o tempo que Fábio levou para ir de sua casa até o centro da cidade pela rua do Sol foi o dobro do tempo que ele levou para ir do centro da cidade até sua casa pela rua da Lua, a hora certa no momento que Fábio chegou em casa era

- (A) 11h.
- (B) 11h15.
- (C) 11h28.
- (D) 11h41.
- (E) 11h57.

34. Considere a afirmação: “Todos os convidados estiveram presentes e pelo menos um deles usava roupa branca”.

Uma negação dessa afirmação é equivalente a:

- (A) nenhum convidado esteve presente ou pelo menos um deles usava roupa branca.
- (B) algum convidado não esteve presente ou nenhum convidado usava roupa branca.
- (C) pelo menos um convidado não esteve presente e apenas um convidado usou roupa branca.
- (D) pelo menos um convidado não esteve presente ou todos os convidados usavam roupa branca.
- (E) nenhum convidado esteve presente ou todos os convidados usavam roupa branca.

35. Albertina, Betina e Celina moram em ruas diferentes, cada uma em sua própria casa, e tiveram o seguinte diálogo:

- Albertina: eu, Betina e Celina moramos, não necessariamente nessa ordem, nas ruas Josefina, Paulina e Severina, sendo que na rua onde moro existem dois cinemas.
- Betina: eu não moro na rua Severina ou não moro na rua Paulina.
- Celina: Albertina mora na rua Severina.
- Betina: há pelo menos um cinema na rua Josefina.

Em cada frase, se uma moça falou o nome da rua onde mora, então a frase é verdadeira, caso contrário, a frase é falsa.

Os nomes das ruas em que moram Albertina, Betina e Celina são, respectivamente,

- (A) Josefina, Paulina e Severina.
- (B) Josefina, Severina e Paulina.
- (C) Paulina, Josefina e Severina.
- (D) Paulina, Severina e Josefina.
- (E) Severina, Paulina e Josefina.

36. A professora Adriana afirmou, corretamente, que houve pelo menos um selecionado para a final do concurso de redação e no máximo quatro selecionados. Em seguida, ela proferiu quatro afirmações verdadeiras:

- Se Giovana foi selecionada, então Marina não foi selecionada.
- Lucas foi selecionado ou Tiago foi selecionado, mas não ambos.
- Marina foi selecionada se e somente se Tiago não foi selecionado.
- Se Pedro não foi selecionado, então Giovana foi selecionada ou Lucas não foi selecionado.

Em seguida, a professora informou corretamente que Lucas foi selecionado. Portanto, os nomes de todos os selecionados para a final são:

- (A) Lucas e Giovana.
- (B) Lucas e Marina.
- (C) Lucas e Pedro.
- (D) Lucas, Giovana e Marina.
- (E) Lucas, Pedro e Marina.

37. Um hotel possui 159 acomodações, sendo 45 chalés e 114 apartamentos. Algumas dessas acomodações têm vista apenas para o lago e as demais têm vista apenas para as montanhas. No total, 40 apartamentos têm vista para o lago, e o número total de acomodações com vista para as montanhas é igual a 87.

Nesse hotel, o número de chalés com vista para o lago excede o número de chalés com vista para as montanhas em

- (A) 17 unidades.
- (B) 18 unidades.
- (C) 19 unidades.
- (D) 20 unidades.
- (E) 21 unidades.

38. Considere o padrão de formação da sequência:

33, 27, 111, 315, 219, 123, 327, 231, 135, 339, 243, 147, ..., 387, 291, 195, 399, 2.103, 1.107, 3.111, 2.115, 1.119, ...

O 101º elemento dessa sequência é o número

- (A) 1.155.
- (B) 1.239.
- (C) 2.223.
- (D) 2.403.
- (E) 3.399.

R A S C U N H O

39. Cinco garrafas de vinho contêm vinhos produzidos em cinco anos diferentes, sendo esses os anos de 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000. Em uma mesma prateleira há apenas essas garrafas, que estão rotuladas, não necessariamente na ordem dos anos, pelas letras A, B, C, D e E. Colado logo abaixo de cada um desses rótulos, há as seguintes etiquetas:

A: o vinho C foi produzido em 1990.

B: esse vinho é menos antigo do que o vinho E.

C: o vinho A foi produzido 10 anos após o vinho B.

D: esse vinho é mais antigo do que o vinho E e menos antigo do que o vinho C.

E: os vinhos C e D são os dois mais antigos dessa prateleira.

Sabendo que apenas um desses rótulos contém uma inscrição falsa, os vinhos A, B, C e D foram produzidos, respectivamente, nos anos de

(A) 1960, 2000, 1990 e 1980.

(B) 1980, 1990, 1970 e 1960.

(C) 1980, 1990, 1960 e 1970.

(D) 2000, 1980, 1990 e 1960.

(E) 2000, 1990, 1960 e 1970.

40. Uma malha quadriculada contém 61 linhas, cada linha com 20 quadrículos. A palavra APOSENTADORIA foi escrita repetidamente nos quadrículos dessa malha de maneira a preencher cada linha da esquerda para direita e de cima para baixo, cada quadrículo com uma única letra, sem espaço entre o fim de uma palavra e o início da próxima, e quando todos os quadrículos de uma linha estiverem preenchidos, o processo continua no início da linha seguinte com as letras que não couberam na linha anterior, caso tenha sobrado alguma, ou com uma nova palavra APOSENTADORIA. Por exemplo, se nos últimos 15 quadrículos de uma linha estiverem as letras APOSENTADORIAAP, então os 15 primeiros quadrículos da linha seguinte conterão as letras OSENTADORIAAPOS.

Ao se chegar ao quadrículo mais abaixo e mais à direita, o processo é interrompido, sem que a escrita da última palavra fique completa, sendo que as 4 últimas letras dos 4 últimos quadrículos da última linha são

(A) ADOR.

(B) DORI.

(C) POSE.

(D) RIAA.

(E) TADO.

41. De acordo com a Constituição Federal do Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, dentre outras contingências, na forma da lei, a cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançadas.
- (B) É permitida a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
- (C) Para fins de aposentadoria, não será assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, não se admitindo a compensação financeira.
- (D) É permitida a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios, nos termos de lei complementar, inclusive quanto a possibilidade de previsão de idade e tempo de contribuição distintos da regra geral para concessão de aposentadoria, exclusivamente, em favor dos segurados com 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher.
- (E) A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de novembro de cada ano.

42. Segundo a Constituição Federal do Brasil, o regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será

- (A) obrigatório, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.
- (B) facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei ordinária.
- (C) obrigatório, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei ordinária.
- (D) facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.
- (E) obrigatório, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por decreto federal.

43. De acordo com o regramento constitucional, no regime de previdência privada complementar,

- (A) a lei ordinária assegurará ao participante de planos de benefícios de entidades de previdência privada o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos.
- (B) as contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei.
- (C) a lei ordinária disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de planos de benefícios previdenciários, e as entidades de previdência complementar.
- (D) o decreto federal assegurará ao participante de planos de benefícios de entidades de previdência privada o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos.
- (E) é permitido o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, inclusive na qualidade de patrocinador, situação na qual, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

44. De acordo com a Constituição Federal do Brasil, é assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

- (A) 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, para os trabalhadores urbanos, observado tempo mínimo de contribuição.
- (B) 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, para os trabalhadores rurais e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.
- (C) 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se homem, e 50 (cinquenta) anos de idade, se mulher, para os trabalhadores urbanos, não observado tempo mínimo de contribuição.
- (D) 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se homem, e 50 (cinquenta) anos de idade, se mulher, para os trabalhadores rurais e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes não incluídos o produtor rural, nem tampouco, o garimpeiro e o pescador artesanal.
- (E) 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, para os trabalhadores rurais e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

45. Segundo regramento constitucional a respeito da previdência social, organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social,
- (A) nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.
 - (B) nem todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.
 - (C) é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor nominal, conforme critérios definidos na Constituição Federal do Brasil.
 - (D) é permitida a contagem de tempo de contribuição fictício para efeito de concessão dos benefícios previdenciários e de contagem recíproca.
 - (E) a aposentadoria concedida ao segurado, de baixa renda, poderá ter valor inferior de 1 (um) salário-mínimo.
46. Estabelece a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, a respeito dos planos de benefícios, que
- (A) as entidades de previdência complementar não poderão constituir reservas técnicas, provisões e fundos, ainda que, de conformidade com os critérios e normas fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.
 - (B) deverão constar dos regulamentos dos planos de benefícios, das propostas de inscrição e dos certificados de participantes condições mínimas a serem fixadas pelo Ministério da Previdência Social.
 - (C) os planos de benefícios atenderão a padrões mínimos fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, com o objetivo de assegurar transparência, solvência, liquidez e equilíbrio econômico-financeiro e atuarial.
 - (D) para assegurar compromissos assumidos junto aos participantes e assistidos de planos de benefícios, as entidades de previdência complementar deverão contratar operações de resseguro, por iniciativa própria ou por determinação do Ministério da Previdência Social.
 - (E) a aplicação dos recursos correspondentes às reservas, às provisões e aos fundos das entidades de previdência complementar será feita conforme diretrizes estabelecidas pelo Banco Central.
47. De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, o resultado superavitário dos planos de benefícios das entidades fechadas, ao final do exercício, satisfeitas as exigências regulamentares relativas aos mencionados planos, será destinado à constituição de reserva de contingência, para garantia de benefícios, até o limite de
- (A) cinquenta por cento do valor das reservas matemáticas.
 - (B) vinte e cinco por cento do valor das reservas matemáticas.
 - (C) setenta e cinco por cento do valor das reservas matemáticas.
 - (D) quinze por cento do valor das reservas matemáticas.
 - (E) trinta por cento do valor das reservas matemáticas.
48. Segundo a Lei Complementar nº 109/2001 a respeito dos Planos de Benefícios de Entidades Abertas, assinale a alternativa correta.
- (A) É permitida à entidade aberta a contratação de plano coletivo com pessoa jurídica cujo objetivo principal seja estipular, em nome de terceiros, planos de benefícios coletivos.
 - (B) A implantação de um plano coletivo será celebrada mediante resolução, na forma, nos critérios, nas condições e nos requisitos mínimos a serem estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social.
 - (C) É permitido, no caso de portabilidade, que os recursos financeiros transitem pelos participantes, sob qualquer forma e a transferência de recursos entre participantes.
 - (D) Os planos de benefícios instituídos por entidades abertas poderão ser individuais, quando acessíveis a quaisquer pessoas físicas, ou coletivos, quando tenham por objetivo garantir benefícios previdenciários a pessoas físicas vinculadas, direta ou indiretamente, a uma pessoa jurídica contratante.
 - (E) Observados os conceitos, a forma, as condições e os critérios fixados pelo Ministério da Previdência Social, é vedado aos participantes o direito à portabilidade, inclusive para plano de benefício de entidade fechada, e ao resgate de recursos das reservas técnicas, provisões e fundos, total ou parcialmente.

49. Segundo a Lei Complementar nº 108/2001, para o participante se tornar elegível a um benefício de prestação que seja programada e continuada, os planos de benefícios observarão carência mínima de
- (A) sessenta contribuições mensais a plano de benefícios e cessação do vínculo com o patrocinador.
 - (B) cento e oitenta contribuições mensais a plano de benefícios e cessação do vínculo com o patrocinador.
 - (C) noventa contribuições mensais a plano de benefícios e cessação do vínculo com o patrocinador.
 - (D) setenta e cinco contribuições mensais a plano de benefícios e cessação do vínculo com o patrocinador.
 - (E) noventa e cinco contribuições mensais a plano de benefícios e cessação do vínculo com o patrocinador.
50. De acordo com a Lei nº 14.653/2011, a estrutura organizacional da SP-PREVCOM será constituída de Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, sendo a Diretoria Executiva composta, no máximo, por
- (A) 3 (três) membros nomeados pelo Conselho Deliberativo, mediante indicação do Governador do Estado.
 - (B) 6 (seis) membros nomeados pelo Conselho Deliberativo, mediante indicação do Governador do Estado.
 - (C) 4(quatro) membros nomeados pelo Conselho Deliberativo, mediante indicação do Governador do Estado.
 - (D) 2 (dois) membros nomeados pelo Conselho Deliberativo, mediante indicação do Governador do Estado.
 - (E) 5 (cinco) membros nomeados pelo Conselho Deliberativo, mediante indicação do Governador do Estado.
51. Segundo a Lei nº 14.653/2011, o Estado de São Paulo, por meio dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas, das Universidades, do Ministério Público e da Defensoria Pública deverão solicitar a criação de plano de previdência complementar para seus membros e servidores, no prazo de
- (A) 90 (noventa) dias da data do início do funcionamento da SP-PREVCOM, onerando os recursos dos seus respectivos orçamentos.
 - (B) 30 (trinta) dias da data do início do funcionamento da SP-PREVCOM, onerando os recursos dos seus respectivos orçamentos.
 - (C) 15 (quinze) dias da data do início do funcionamento da SP-PREVCOM, onerando os recursos dos seus respectivos orçamentos.
 - (D) 45 (quarenta e cinco) dias da data do início do funcionamento da SP-PREVCOM, onerando os recursos dos seus respectivos orçamentos.
 - (E) 60 (sessenta) dias da data do início do funcionamento da SP-PREVCOM, onerando os recursos dos seus respectivos orçamentos.
52. A respeito das condições gerais dos planos de benefícios, assinale a alternativa que se apresenta de acordo com a Lei estadual nº 14.653/2011.
- (A) Não poderá permanecer filiado ao respectivo plano de benefícios previdenciários complementares, o participante afastado a outro órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive suas empresas públicas e sociedades de economia mista.
 - (B) Não poderá permanecer filiado ao respectivo plano de benefícios previdenciários complementares, o participante que optar pelo benefício proporcional diferido ou pelo autopatrocínio, na forma estabelecida pelos órgãos regulador e fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar e no regulamento do plano de benefícios previdenciários complementares.
 - (C) Os benefícios não programados serão definidos no regulamento do respectivo plano de benefícios previdenciários complementares, devendo ser assegurados, no mínimo, os benefícios decorrentes dos eventos de invalidez e de morte, que poderão ser contratados externamente ou assegurados pelo próprio plano de benefícios previdenciários complementares.
 - (D) Os benefícios programados serão definidos no regulamento do respectivo plano de benefícios previdenciários complementares, podendo ser assegurados, os benefícios decorrentes dos eventos de invalidez e de morte, que deverão ser contratados externamente, não podendo ser assegurados pelo próprio plano de benefícios previdenciários complementares.
 - (E) Para os planos em que seja patrocinador o Estado de São Paulo, por meio dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas, das Universidades, do Ministério Público e da Defensoria Pública, considera-se remuneração o valor do vencimento ou do salário do participante, não acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, incorporadas ou incorporáveis.

- 53.** Segundo o Estatuto Social da SP-PREVCOM, aprovado pelo Decreto estadual nº 57.785/2012, assinale a alternativa que apresenta uma das atribuições do Diretor de Seguridade.
- (A) Coordenar e acompanhar, dentro do âmbito de cada Plano de Benefícios, o controle de avaliação de risco que tenha sido aprovado pela Diretoria Executiva.
 - (B) Realizar reuniões de alinhamento com a equipe para correção de rumos e procedimentos e planejar formas de integração interna, com a finalidade de propiciar climas saudáveis ao bom desempenho das atividades funcionais.
 - (C) Garantir o exercício da aplicação da Política da Segurança da Informação e Governança de Tecnologia da Informação na SP-PREVCOM, com aprimoramentos e atualizações contínuas.
 - (D) Encaminhar ao órgão regulador e fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar o relatório mensal de benefícios e população, conforme exigido pela regulamentação aplicável.
 - (E) Estabelecer canais de comunicação com entidades ligadas à Previdência Complementar, nacional e internacional, inclusive mediante filiação a associações, quando necessário.
- 54.** Segundo a Resolução Previc nº 23/2023, nos procedimentos contábeis as entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), considera-se Gestão Administrativa como
- (A) a atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e da mutação patrimonial do plano de benefícios de caráter assistencial, com registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar.
 - (B) qualquer evento entre a data de encerramento do exercício e de sua publicação que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira ou econômica dos planos.
 - (C) a atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios de caráter previdencial e assistencial.
 - (D) o recebimento de recursos do patrocinador para o custeio administrativo, no início de funcionamento da EFPC ou de plano de benefícios de caráter previdencial.
 - (E) a atividade de registro e de controle das aplicações dos recursos garantidores dos planos de benefícios de caráter previdencial e assistencial e do PGA.
- 55.** Segundo a Resolução Previc nº 23/2023, o plano de benefícios deve ser revisado até o final do exercício subsequente do exercício social que registrar a terceira apuração consecutiva de reserva especial, sendo que, na revisão obrigatória, deve ser destinado, no mínimo, o valor integral da reserva
- (A) especial registrado nos últimos 3 (três) exercícios.
 - (B) geral registrado nos últimos 2 (dois) exercícios.
 - (C) especial registrado no último exercício.
 - (D) geral registrado nos últimos 5 (cinco) exercícios.
 - (E) especial registrado nos últimos 6 (seis) exercícios.
- 56.** Segundo a Lei nº 11.053/2004, que dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário e dá outras providências, a partir de 1º de janeiro de 2005, os resgates, parciais ou totais, de recursos acumulados relativos a participantes dos planos nela referidos que não tenham efetuado a opção nela mencionada sujeitam-se à incidência de imposto de renda na fonte à alíquota de
- (A) 7,5% (sete e meio por cento), como antecipação do devido na declaração de ajuste da pessoa física, calculado sobre os valores de resgate, no caso de planos de previdência, inclusive FAPI e os rendimentos, no caso de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência.
 - (B) 15% (quinze por cento), como antecipação do devido na declaração de ajuste da pessoa física, calculado sobre os valores de resgate, no caso de planos de previdência, inclusive FAPI e os rendimentos, no caso de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência.
 - (C) 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento), como antecipação do devido na declaração de ajuste da pessoa física, calculado sobre os valores de resgate, no caso de planos de previdência, inclusive FAPI e os rendimentos, no caso de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência.
 - (D) 27,5% (vinte e sete vírgula cinco por cento), como antecipação do devido na declaração de ajuste da pessoa física, calculado sobre os valores de resgate, no caso de planos de previdência, inclusive FAPI e os rendimentos, no caso de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência.
 - (E) 10% (dez por cento), como antecipação do devido na declaração de ajuste da pessoa física, calculado sobre os valores de resgate, no caso de planos de previdência, inclusive FAPI e os rendimentos, no caso de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência.

57. De acordo com a Resolução Previc nº 23/2023, os registros contábeis das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) devem

- (A) efetuar e manter seus registros contábeis em separado, de forma a possibilitar a independência do patrimônio e dos resultados, e a adequação à legislação aplicável ao setor de saúde suplementar, mediante a utilização do desdobramento analítico das contas relativas à gestão assistencial, de acordo com o plano contábil e as práticas contábeis estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.
- (B) registrar, quinzenalmente, no balancete de cada plano de benefícios de caráter previdencial, nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Passivo, e “Participação no Fundo Administrativo do Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios no fundo administrativo registrado no Plano de Gestão Administrativa.
- (C) registrar contabilmente os instrumentos de dívidas de patrocinador relativos aos financiamentos de serviço passado e de déficit técnico equacionado no grupo “Operações Contratadas” do “Exigível Previdencial”, no Ativo.
- (D) registrar, anualmente, no balancete de cada plano de benefícios de caráter previdencial, nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do Plano de Gestão Administrativa”, no Passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios no fundo administrativo registrado na Gestão Previdencial.
- (E) ser realizados de forma que o patrimônio, as respectivas mutações e os resultados possam ser evidenciados de maneira individualizada, em relação aos planos de benefícios de caráter previdencial e assistencial e do plano de gestão administrativa.

58. De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, nos planos de benefícios de entidades fechadas,

- (A) não será admitida a portabilidade na inexistência de cessação do vínculo empregatício do participante com o patrocinador.
- (B) é permitido que os recursos financeiros correspondentes transitem pelos participantes dos planos de benefícios, sob qualquer forma.
- (C) podem ser oferecidos a todos os empregados dos patrocinadores ou associados dos instituidores.
- (D) a não utilização da reserva geral por dois exercícios consecutivos determinará a revisão obrigatória do plano de benefícios da entidade.
- (E) o regime financeiro de capitalização é facultativo para os benefícios de pagamento em prestações que sejam programadas e continuadas.

59. Segundo a Lei estadual nº 14.653/2011, a supervisão e fiscalização da SP-PREVCOM e de seus planos de benefícios previdenciários complementares compete ao órgão fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar, sem prejuízo das competências constitucionais

- (A) do Tribunal de Contas da União.
- (B) da Fazenda Pública Estadual.
- (C) do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- (D) do Tribunal Regional Federal.
- (E) da Fazenda Pública Federal.

60. Consoante estabelece o regramento constitucional, a lei instituirá sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas diferenciadas, para atender aos trabalhadores de baixa renda, inclusive os que se encontram em situação de informalidade, e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda.

Nesse caso, a aposentadoria concedida ao segurado

- (A) poderá ter valor de 1 (um) salário-mínimo.
- (B) terá valor de 2 (dois) salários-mínimos.
- (C) poderá ter valor de 2 (dois) salários-mínimos.
- (D) terá valor de 1 (um) salário-mínimo.
- (E) poderá ter valor de até 3 (três) salários-mínimos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

61. A direção de determinado órgão estadual propôs a criação de uma estrutura especializada, dotada de personalidade jurídica própria, patrimônio e receitas próprios e capacidade de autoadministração, destinada ao desempenho descentralizado de atividade administrativa típica de Estado. Pretende-se, contudo, preservar o controle estatal quanto ao cumprimento das finalidades institucionais estabelecidas no ato de criação.

Considerando a organização da Administração Pública brasileira, a configuração proposta corresponde à criação de

- (A) autarquia, instituída diretamente por lei específica e vinculada ao órgão supervisor para fins de controle finalístico.
- (B) órgão autônomo, instituído por decreto e dotado de personalidade jurídica distinta da pessoa política que o integra.
- (C) empresa pública, autorizada por lei e organizada obrigatoriamente sob a forma de sociedade anônima.
- (D) fundação de direito privado, criada por ato administrativo e subordinada hierarquicamente à Administração direta.
- (E) sociedade de economia mista, criada por lei e constituída integralmente por capital público.

62. O Estado pretende ampliar a capacidade operacional de determinada política pública. Para isso, avalia duas alternativas: distribuir novas competências entre secretarias já existentes ou transferir a execução especializada para uma entidade com personalidade jurídica própria, integrante da Administração Pública indireta.

A respeito das técnicas de organização administrativa envolvidas, assinale a alternativa correta.

- (A) A distribuição interna de atribuições entre secretarias caracteriza descentralização territorial, pois transfere competências entre unidades administrativas.
- (B) A criação de entidade da Administração indireta caracteriza desconcentração, porque amplia a especialização funcional sem constituir nova pessoa jurídica.
- (C) A transferência de competências entre órgãos da mesma pessoa política caracteriza descentralização por serviços, ainda que não haja autonomia jurídica.
- (D) A distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica caracteriza desconcentração, enquanto sua atribuição a outra pessoa jurídica caracteriza descentralização.
- (E) A criação de entidade vinculada transforma o órgão supervisor em instância hierarquicamente superior, com poder ordinário de comando sobre todos os atos da entidade.

63. Durante o planejamento da contratação de uma plataforma informatizada, a equipe técnica identificou três soluções disponíveis no mercado, com diferentes modelos de licenciamento, custos de implantação e riscos de dependência tecnológica. Antes da elaboração definitiva do termo de referência, a autoridade competente solicitou documento capaz de demonstrar o problema a ser resolvido e avaliar a solução mais adequada sob os aspectos técnico e econômico.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, esse documento é o

- (A) mapa de riscos contratuais, destinado a substituir a motivação da escolha da solução e a estimativa de preços.
- (B) estudo técnico preliminar, que evidencia o problema, examina as soluções possíveis e fundamenta a viabilidade da contratação.
- (C) parecer jurídico, responsável por definir a necessidade administrativa, as especificações técnicas e o modelo operacional da solução.
- (D) edital de licitação, elaborado para comparar alternativas tecnológicas antes da delimitação do objeto contratual.
- (E) termo de homologação, utilizado para consolidar os requisitos técnicos antes da abertura da fase preparatória.

64. Uma fundação pública pretende contratar solução técnica predominantemente intelectual. Há diferentes metodologias disponíveis, e a Administração entende que a qualidade técnica das propostas possui relevância substancial, embora o custo da contratação também deva ser ponderado.

Nesse caso, a escolha que melhor se compatibiliza com a Lei nº 14.133/2021 é a adoção do critério de julgamento por

- (A) maior retorno econômico, mediante remuneração integral vinculada à economia gerada pelo contratado.
- (B) menor preço, considerando-se exclusivamente o valor nominal proposto pelos licitantes.
- (C) melhor técnica ou conteúdo artístico, com fixação posterior do valor pela proposta financeira mais vantajosa.
- (D) maior desconto, calculado sobre orçamento sigiloso elaborado após a apresentação das propostas.
- (E) técnica e preço, mediante ponderação objetiva entre a avaliação técnica e a proposta econômica.

65. Em procedimento licitatório, a Administração verificou que a proposta mais bem classificada atendia aos requisitos técnicos, mas apresentava preço global acima do orçamento estimado. O edital permitia negociação, e havia possibilidade concreta de obtenção de condição mais vantajosa.

À luz da Lei nº 14.133/2021, a Administração deverá

- (A) admitir a negociação com o primeiro colocado para obtenção de condições mais vantajosas e, frustrada essa tentativa, negociar com os demais licitantes segundo a ordem de classificação.
- (B) desclassificar definitivamente o primeiro colocado e convocar o último licitante classificado, preservando a competitividade por meio da alternância entre propostas.
- (C) homologar a proposta técnica, deixando a adequação do preço para a etapa de execução contratual, mediante revisão consensual.
- (D) substituir o critério de julgamento previsto no edital pelo maior desconto, de modo a permitir a contratação da proposta inicialmente classificada.
- (E) revogar o procedimento, pois a apresentação de proposta superior ao orçamento impede qualquer negociação posterior.

66. A Administração contratou serviço contínuo considerado essencial à manutenção de suas atividades. Durante a execução, avaliou que a continuidade do ajuste permanece vantajosa, que há disponibilidade orçamentária e que o contratado mantém as condições de habilitação e apresenta desempenho satisfatório.

Considerando a disciplina da Lei nº 14.133/2021 sobre duração contratual, a prorrogação

- (A) depende da realização de nova licitação a cada exercício financeiro, ainda que prevista no edital e considerada vantajosa.
- (B) converte o contrato em ajuste por prazo indeterminado quando ultrapassado o período inicialmente pactuado.
- (C) pode ocorrer sucessivamente, respeitada a duração máxima legal, desde que haja previsão no edital e seja atestada a manutenção da vantagem para a Administração.
- (D) exige demonstração de situação emergencial, porque serviços contínuos admitem prorrogação em caráter excepcional.
- (E) permite dispensar a avaliação do desempenho do contratado, desde que o objeto permaneça inalterado.

67. A Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (Prevcom) pretende contratar consultoria atuarial diretamente relacionada ao cumprimento de suas finalidades institucionais. A demanda não constou do Planejamento Anual de Contratações, mas tornou-se necessária em razão de mudança superveniente na regulamentação do setor.

De acordo com o Regulamento de Contratações e Gestão de Bens e Serviços da Prevcom, a instrução dessa contratação deverá contemplar

- (A) a inclusão retroativa da contratação no planejamento anual, dispensando-se a demonstração de sua relação com os objetivos institucionais.
- (B) a autorização direta da área requisitante, substituindo-se o estudo técnico preliminar pelo parecer jurídico conclusivo.
- (C) a pesquisa informal de preços, desde que realizada com fornecedor reconhecido pela experiência no mercado previdenciário.
- (D) a justificativa da ausência de previsão no planejamento anual, acompanhada da demonstração de essencialidade para o cumprimento dos objetivos institucionais.
- (E) a dispensa da análise de riscos, em razão da natureza intelectual e finalística dos serviços a serem prestados.

68. No planejamento de licitação destinada à aquisição de equipamentos de informática para atividade-meio, a equipe da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (Prevcom) identificou que os itens constavam do catálogo eletrônico de padronização do Estado de São Paulo. O critério de julgamento definido foi o de menor preço.

Segundo o Regulamento de Contratações e Gestão de Bens e Serviços da Prevcom, a equipe deverá considerar que

- (A) o catálogo estadual possui caráter exclusivamente informativo e sua utilização depende de autorização individual da Diretoria Executiva.
- (B) a utilização preferencial do catálogo alcança apenas obras de engenharia contratadas por técnica e preço.
- (C) o catálogo federal substitui obrigatoriamente o catálogo estadual sempre que ambos contiverem especificação equivalente.
- (D) a padronização estadual se aplica exclusivamente à Administração direta e às autarquias, sendo vedada sua adoção pela Prevcom.
- (E) a Prevcom utilizará preferencialmente o catálogo estadual nessas licitações, admitida a adoção do catálogo federal para objetos não padronizados pelo Estado.

69. A Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (Prevcom) contratou empresa especializada para operar uma plataforma de atendimento aos participantes. A Fundação estabelece quais dados serão coletados, as finalidades do tratamento, os prazos de retenção e as regras de compartilhamento; e a empresa contratada executa as operações de tratamento conforme as instruções recebidas.

Nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (Prevcom) e a empresa contratada atuam, respectivamente, como

- (A) encarregada e titular, porque a Fundação intermedia o contato entre os participantes e a prestadora.
- (B) controladora e operadora, porque a Fundação toma as decisões relativas ao tratamento, e a contratada realiza as operações em seu nome.
- (C) operadora e controladora, porque a execução material prevalece sobre a definição institucional das finalidades.
- (D) titulares conjuntas, porque ambas mantêm contato com os dados pessoais armazenados na plataforma.
- (E) agentes públicos independentes, categoria que afasta a distinção entre controlador e operador.

70. Uma área administrativa de uma fundação previdenciária pretende solicitar aos participantes diversos dados pessoais para atualização cadastral. Além das informações indispensáveis à execução do plano previdenciário, pretende coletar dados adicionais para eventual utilização em projetos futuros ainda não definidos.

À luz dos princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a conduta mais adequada consiste em

- (A) definir previamente finalidades legítimas e coletar dados adequados, pertinentes e limitados ao mínimo necessário para essas finalidades.
- (B) coletar o maior conjunto possível de informações, desde que o armazenamento seja realizado em ambiente tecnológico protegido.
- (C) reunir todos os dados disponíveis e definir as finalidades após a identificação de oportunidades institucionais de uso.
- (D) substituir a definição das finalidades por autorização genérica do titular para qualquer tratamento relacionado à atividade previdenciária.
- (E) considerar a segurança da informação suficiente para legitimar tratamentos sem relação direta com a finalidade informada ao participante.

71. Em um hipotético incidente de segurança em sistema de informação utilizado para atendimento aos participantes, a equipe responsável pelo controle de dados verificou acesso indevido a dados pessoais. A análise preliminar indicou possibilidade de risco ou dano relevante aos titulares, embora ainda estivessem em apuração a extensão exata do evento e a identificação de todos os afetados.

De acordo com a Lei Geral de Proteção dos Dados Pessoais (LGPD), a resposta institucional deve considerar que

- (A) a comunicação poderá ser afastada até a conclusão definitiva da investigação, pois a existência de dúvida sobre a extensão do incidente impede qualquer providência externa.
- (B) a responsabilidade pela avaliação e pela comunicação pertence exclusivamente ao operador do sistema, ainda que a Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (Prevcom) tenha definido as finalidades do tratamento.
- (C) a comunicação aos titulares substitui a comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) quando as pessoas potencialmente afetadas forem identificáveis.
- (D) o controlador deverá comunicar o incidente à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e aos titulares quando ele puder acarretar risco ou dano relevante, observadas as informações e os prazos estabelecidos na regulamentação aplicável.
- (E) a obrigação de comunicação surge com qualquer falha tecnológica, independentemente da presença de dados pessoais ou da possibilidade de risco aos titulares.

GESTÃO DE PESSOAS

72. Com a incorporação de novas tecnologias, a Gestão de Pessoas beneficiou-se com novas formas de realizar treinamento e desenvolvimento. A gamificação é uma dessas formas, consistindo em utilizar técnicas de jogos para transmissão de conhecimentos aos participantes. Outra forma inovadora é o *blended learning*, que consiste em

- (A) acessar plataformas de aprendizagem, em momentos oportunos, via internet.
- (B) receber instruções e conhecimentos da alta administração, sem identificação do mentor.
- (C) transmitir pequenas doses de conhecimento em período de curta duração.
- (D) utilizar videoaulas em ambiente virtual de aprendizagem.
- (E) integrar treinamentos presenciais com os realizados on-line.

73. Uma das dimensões do comportamento no trabalho, além de motivação e satisfação é o comprometimento, que, por sua vez, também pode ser visto de maneira multidimensional, indicando dimensões:
- (A) afetiva, dos custos associados a deixar a organização, da obrigação em permanecer.
 - (B) afetiva, colaborativa, efetiva.
 - (C) colaborativa, negocial, de crescimento na carreira.
 - (D) integradora, discriminadora, preservacionista.
 - (E) efetiva, negocial, colaborativa.
74. Uma das teorias mais reconhecidas é a que revela haver dois estilos de liderança, o orientado para relacionamentos e o orientado para tarefas. O ajuste que deve ser feito entre a situação organizacional e o estilo do líder complementa esta teoria, que é pautada em três dimensões:
- (A) contingencial, uso de inteligência emocional, eficiência de boas práticas administrativas.
 - (B) relação entre subordinados, uso de boas práticas administrativas, gestão por competências.
 - (C) estrutura das tarefas, uso de inteligência emocional, administração por objetivos.
 - (D) poder de posição, contingencial, relação líder-membros.
 - (E) estrutura das tarefas, poder de posição, relação entre líder e subordinados.
75. Os valores do Manifesto Ágil influenciaram diversos setores das organizações, incluindo a área de gestão de pessoas, e promovem mudanças significativas em suas formas de atuação, independentemente do ramo a que pertencem. São valores ágeis:
- (A) eficácia e rapidez.
 - (B) efetividade e uso de tecnologias informatizadas.
 - (C) valorização de indivíduos e interações e colaboração com o cliente.
 - (D) documentação abrangente e planificação.
 - (E) negociação contratual e valorização de processos.
76. Conforme a Lei Federal nº 14.611/2023, que trata de igualdade salarial entre mulheres e homens, há necessidade de publicação de relatórios periódicos de transparência salarial e de critérios remuneratórios para organizações de direito privado que contem com 100 ou mais empregados. A Lei prevê que, no caso de descumprimento dessas publicações, a organização receberá
- (A) multa de até 5% da folha salarial, limitados a 50 salários mínimos.
 - (B) advertência em um primeiro momento e necessidade de plano de ação.
 - (C) multa de até 3% da folha salarial, limitados a 100 salários mínimos.
 - (D) fiscalização do Ministério do Trabalho e obrigatoriedade de cronograma para os relatórios.
 - (E) fiscalização do Ministério do Trabalho e aplicação de multa de até 5% da folha salarial.
77. No contexto de gestão por competências na área pública, é correto afirmar que, na avaliação de desempenho de servidores,
- (A) a eficácia está relacionada com um mínimo de recursos consumidos.
 - (B) o cargo é um referencial de perfil profissional voltado à eficiência do serviço público.
 - (C) a eficiência se relaciona com os resultados obtidos.
 - (D) a eficácia é medida das economias de escala.
 - (E) o cargo prioriza competências mais que atribuições ou tarefas a desempenhar na função.

SEGURIDADE

78. Um capital de R\$ 20.000,00 foi aplicado por 10 meses à taxa de 1,2% ao mês. Comparando-se o montante calculado por juros compostos com o montante calculado por juros simples, a diferença aproximada entre eles é de
- (A) R\$ 133,84.
 - (B) R\$ 240,00.
 - (C) R\$ 533,84.
 - (D) R\$ 2.400,00.
 - (E) R\$ 2.533,84.

- 79.** Um título de valor nominal de R\$ 80.000,00 vence em 4 meses. Para antecipar o recebimento, será aplicado um desconto comercial simples à taxa de 1,5% ao mês. O valor do desconto e o valor líquido recebido serão, correta e respectivamente:
- (A) R\$ 4.800,00 e R\$ 84.800,00.
 (B) R\$ 3.200,00 e R\$ 76.800,00.
 (C) R\$ 4.800,00 e R\$ 75.200,00.
 (D) R\$ 6.000,00 e R\$ 74.000,00.
 (E) R\$ 1.200,00 e R\$ 78.800,00.
- 80.** Uma aplicação financeira informa taxa nominal de 12% ao ano, com capitalização mensal, considerando um período de um ano, ou 12 meses; a taxa efetiva anual correspondente é de, aproximadamente,
- (A) 1,00%.
 (B) 12,00%.
 (C) 12,36%.
 (D) 12,68%.
 (E) 13,00%.
- 81.** Uma pessoa tem direito de um título a receber em três parcelas mensais de R\$ 10.000,00, vencíveis ao final de cada um dos próximos três meses. Considerando uma taxa de desconto de 1% ao mês, o valor presente aproximado desse fluxo é de
- (A) R\$ 30.000,00.
 (B) R\$ 29.702,97.
 (C) R\$ 29.409,85.
 (D) R\$ 29.100,00.
 (E) R\$ 28.867,52.
- 82.** O objetivo principal da avaliação atuarial de plano de benefícios administrado por entidade fechada de previdência complementar é:
- (A) apurar rentabilidade, política de investimentos, limites operacionais e resultado financeiro.
 (B) substituir escrituração contábil, balanço patrimonial, auditoria e notas explicativas.
 (C) definir benefícios observando regimento interno, custeio, hipóteses e reservas e provisões do plano.
 (D) elaborar relatório jurídico, controle processual, cadastro judicial e cronograma de pagamentos.
 (E) dimensionar reservas matemáticas, fundos previdenciais e outros compromissos do plano, para estabelecer o adequado plano de custeio.
- 83.** Um plano prevê aposentadoria programada paga em prestações continuadas e cobertura de morte estruturada na forma de renda. Para fins de financiamento atuarial, uma combinação de regimes financeiros possível e admitida pela Resolução CNPC nº 30/2018 é:
- (A) repartição simples para a aposentadoria programada e capitalização para a morte em renda.
 (B) capitalização para a aposentadoria programada e repartição de capitais de cobertura para a morte em renda.
 (C) repartição de capitais de cobertura para ambos, sem considerar a natureza dos benefícios.
 (D) repartição simples para ambos, pois os pagamentos são exigíveis em momento futuro.
 (E) livre escolha de regime, desde que a opção reduza o resultado deficitário do plano.
- 84.** Nos termos do Regulamento do Plano de Benefícios PREVCOM RP, o plano é estruturado na modalidade de contribuição definida que, nesse caso, os benefícios programados têm seu valor
- (A) previamente estabelecido no momento da adesão, com ampla e irrestrita relação com o saldo mensal.
 (B) definido exclusivamente pelo patrocinador, independentemente das contribuições feitas.
 (C) garantido de forma vitalícia, havendo possibilidade de amortização do saldo individual.
 (D) ajustado ao saldo de cotas mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção do benefício.
 (E) calculado exclusivamente com base na remuneração do participante no cargo efetivo.
- 85.** Nos termos da Resolução CNPC nº 30/2018, em plano de benefícios oferecido por patrocinador, o critério de custeio pode prever a separação dos encargos correspondentes ao período anterior e ao período posterior à implantação do plano. Essa separação corresponde, correta e respectivamente, a:
- (A) contribuição normal e contribuição administrativa.
 (B) reserva matemática e fundo administrativo.
 (C) serviço passado e serviço futuro.
 (D) déficit técnico e superávit técnico.
 (E) provisão contingencial e provisão operacional.

86. Nos termos da Resolução Previc nº 23/2023, entre os documentos contábeis que devem ser elaborados pelas entidades fechadas de previdência complementar está a Demonstração do Ativo Líquido. Essa demonstração deve ser elaborada

- (A) exclusivamente de forma consolidada, sem segregação por plano de benefícios.
- (B) apenas quando o plano apresentar déficit técnico no encerramento do exercício.
- (C) somente para o plano de gestão administrativa, sem relação com planos previdenciais.
- (D) apenas quando houver determinação específica da Previc em procedimento fiscalizatório.
- (E) por plano de benefícios de caráter previdencial, de forma comparativa com o exercício anterior.

87. Sobre demonstrações atuariais e nota técnica atuarial dos planos de benefícios, nos termos da Resolução Previc nº 23/2023, é adequado afirmar que

- (A) a nota técnica atuarial dos planos de benefícios é documento contábil facultativo e dispensável quando houver balanço financeiro agregado à demonstrativos contábeis.
- (B) as demonstrações atuariais dos planos de benefícios podem ser completas ou simplificadas, e a nota técnica atuarial dos planos de benefícios deve estar atualizada e consistente com o regulamento.
- (C) as demonstrações atuariais dos planos de benefícios substituem o regulamento do plano de benefícios perante os participantes.
- (D) a nota técnica atuarial dos planos de benefícios pode ser elaborada pela área de atendimento, sem atuariário habilitado.
- (E) as demonstrações atuariais dos planos de benefícios são exigidas apenas quando o plano apresentar déficit técnico.

88. Nos termos da Resolução Previc nº 23/2023, o prazo de amortização de déficit deve ser atestado por meio de fluxo atuarial. Pelo período correspondente ao pagamento das parcelas, esse fluxo deve considerar, anualmente:

- (A) receitas, despesas e patrimônio de cobertura, segregado em integralizado e a integralizar.
- (B) despesas administrativas e variações cadastrais, sem projeção do patrimônio de cobertura.
- (C) rentabilidade média histórica dos investimentos, segregada por segmento de aplicação.
- (D) contribuições sequenciais dos participantes ativos e folha salarial projetada.
- (E) valor nominal do déficit, sem projeção de receitas, despesas e cobertura.

89. Sobre as normas ISO 31000 a ISO 27001, é correto afirmar que

- (A) a ISO 31000 estabelece requisitos auditáveis, sendo norma certificável quanto à maturidade do sistema de gestão de riscos da organização.
- (B) a Declaração de Aplicabilidade é documento exigido pela ISO 31000 como condição para a definição do apetite a risco da organização.
- (C) o processo de gestão de riscos da ISO 31000 encerra-se com o tratamento do risco, sendo o monitoramento e a análise crítica etapas apenas recomendadas, externas ao processo.
- (D) na ISO 31000, o processo de avaliação de riscos (*risk assessment*) compreende exclusivamente a identificação e a análise de riscos, deslocando-se a avaliação propriamente dita (*risk evaluation*) para a etapa de tratamento.
- (E) a ISO/IEC 27001 define requisitos para estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente um sistema de gestão da segurança da informação, sendo passível de certificação, ao passo que a ISO 31000 fornece diretrizes e não se destina a fins de certificação.

90. Bruno, auditor interno de entidade fechada de previdência complementar, extrai a base integral de pagamentos de benefícios do exercício e, com o auxílio de software de auditoria, recalcula, item a item, a totalidade dos 41.320 benefícios pagos, confrontando os valores calculados com os registrados.

Sobre o procedimento, é correto afirmar que

- (A) o exame integral da população caracteriza amostragem estatística de máxima cobertura, dispensando a avaliação do risco de auditoria.
- (B) por abranger a totalidade da população, o procedimento elimina o risco de auditoria, permitindo a emissão de conclusão com segurança absoluta.
- (C) o exame da totalidade dos itens afasta o risco de amostragem, subsistindo, contudo, o risco de não amostragem, decorrente, entre outros fatores, da inadequação do procedimento aplicado e da falta de integridade e confiabilidade dos dados extraídos.
- (D) a técnica empregada corresponde à de dados de teste (*test data*), pois submete transações ao sistema da entidade para verificar a operação dos controles programados.
- (E) a utilização de técnicas de auditoria auxiliadas por computador sobre dados extraídos do sistema dispensa o auditor de avaliar os controles gerais de tecnologia da informação do ambiente de origem dos dados.

91. Determinada entidade fechada de previdência complementar (EFPC) teve publicado, pela Previc, o seu enquadramento no segmento S1. À luz da Resolução Previc nº 23/2023, é correto afirmar que
- (A) a instituição de auditoria interna é obrigatória para todas as EFPC, devendo a unidade reportar-se diretamente à diretoria-executiva.
 - (B) a entidade deve constituir Comitê de Auditoria até 31 de dezembro do ano subsequente à publicação de seu enquadramento no segmento S1, devendo o comitê ser vinculado ao conselho deliberativo.
 - (C) o Comitê de Auditoria deve elaborar relatório até 31 de março do exercício social subsequente, dispensada manifestação sobre a efetividade dos controles internos.
 - (D) pode integrar o Comitê de Auditoria quem tenha exercido o cargo de diretor da EFPC no exercício social anterior, desde que não perceba remuneração adicional pela nova função.
 - (E) ao conselho fiscal, como órgão de controle interno, compete intervir diretamente na gestão sempre que constatar irregularidade nos atos praticados pela diretoria-executiva.
92. Determinado ente federativo edita lei, com vigência a partir do exercício seguinte, criando auxílio pecuniário permanente aos seus servidores, sem prazo determinado de duração. Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar:
- (A) basta que o ato criador seja instruído com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro relativa ao exercício em que a despesa entrar em vigor para que esteja atendida a referida Lei.
 - (B) a despesa poderá ser executada desde a publicação da lei, admitida a implementação das medidas de compensação até o encerramento do exercício seguinte.
 - (C) considera-se aumento permanente de receita, para fins da compensação exigida, o incremento arrecadatório proveniente do crescimento real da economia e da melhoria da eficiência da administração tributária.
 - (D) tratando-se de despesa obrigatória de caráter continuado, devem seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.
 - (E) se, em vez da criação, a lei estipulasse sobre a prorrogação de auxílio anteriormente criado por prazo determinado, esta prorrogação não se equipararia a aumento de despesa, sendo dispensadas as exigências legais de compensação.
93. Helena protocola pedido de acesso a informação junto a entidade submetida ao regime da Lei nº 12.527/2011, que não dispõe da informação de imediato. Sobre o procedimento, é correto afirmar que
- (A) indeferido o acesso, cabe recurso no prazo de dez dias, dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão, que deverá se manifestar em cinco dias.
 - (B) a entidade pode condicionar o atendimento à apresentação, pela requerente, dos motivos determinantes da solicitação, a fim de aferir o interesse público do pedido.
 - (C) caso a informação venha a ser classificada como reservada, o prazo máximo de restrição de acesso será de quinze anos, contado da data de sua produção.
 - (D) as informações pessoais relativas à intimidade e à vida privada terão acesso restrito pelo prazo máximo de cinquenta anos, contado da data de sua produção.
 - (E) o serviço de busca e de fornecimento da informação é oneroso, cabendo à requerente recolher previamente a taxa correspondente ao custo do serviço.
94. Rafael, colaborador da SP-PREVCOM, recebe de um fornecedor da entidade um brinde natalino de caráter institucional, distribuído costumeiramente a título de cortesia e avaliado em R\$ 50,00. À luz do Código de Ética e Conduta da SP-PREVCOM, aprovado pela Resolução do Conselho Deliberativo de 08/2012, é correto afirmar que
- (A) é vedado o recebimento de presente ou doação, sob qualquer forma, ainda que se trate de brinde de caráter institucional de valor não substancial.
 - (B) por se tratar de vantagem oriunda de fornecedor, Rafael deve cientificar o Conselho Deliberativo do conflito de interesse configurado, na forma prevista para os casos de impedimento.
 - (C) o brinde pode ser recebido, independentemente de comunicação interna prévia, por se enquadrar na ressalva do gesto costumeiro de cortesia ou do brinde de caráter institucional que possuam valores irrelevantes.
 - (D) o recebimento somente seria lícito caso o valor do brinde não ultrapassasse o limite de R\$ 100,00 (cem reais) fixado no Código.
 - (E) ainda que institucional, o brinde só poderia ser aceito mediante prévia autorização da Comissão de Ética, à qual compete pronunciar-se sobre o recebimento no prazo máximo de quinze dias.

95. A área de gestão de riscos de uma entidade fechada de previdência complementar (EFPC) registrou, em sua matriz de riscos, três eventos capazes de comprometer as metas atuariais dos planos administrados: (i) a possibilidade de a rentabilidade dos investimentos ficar abaixo da meta em razão da oscilação de preços de ativos negociados em bolsa; (ii) a chance de os pressupostos de expectativa de sobrevivência dos assistidos se revelarem inadequados; e (iii) a eventual impossibilidade de honrar o pagamento de benefícios no vencimento por insuficiência de recursos de mobilização imediata.

Com relação à classificação desses riscos, é correto afirmar:

- (A) o evento (i) caracteriza risco de crédito, pois decorre da possibilidade de inadimplemento da contraparte emissora dos ativos.
- (B) o evento (ii) configura risco operacional, por resultar de falha em processos internos de precificação de ativos.
- (C) o evento (iii) traduz risco de liquidez, relacionado à incapacidade de dispor de recursos suficientes para honrar obrigações nas datas previstas sem incorrer em perdas relevantes.
- (D) o evento (i) representa risco atuarial, na medida em que a oscilação de preços afeta diretamente as premissas biométricas do plano.
- (E) os três eventos, por afetarem o patrimônio da entidade, enquadram-se indistintamente como risco legal.

96. Acerca dos controles internos aplicados à prevenção e ao combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLD/FT) no âmbito das entidades fechadas de previdência complementar, disciplinados pela Resolução PREVIC nº 23/2023 e pela Lei nº 9.613/1998, é correto afirmar:

- (A) a política de PLD/FT deve estruturar-se sob abordagem baseada em risco, contemplando procedimentos de conhecimento do participante, do patrocinador e de prestadores (*due diligence*) e o monitoramento de operações atípicas.
- (B) os controles de PLD/FT restringem-se à verificação documental no momento da adesão do participante, sendo dispensável o monitoramento das operações ao longo da relação, por não haver previsão legal nesse sentido.
- (C) identificado sério indício de operação suspeita, a entidade deve notificar o participante envolvido para que este apresente justificativa antes de comunicação à autoridade competente.
- (D) a existência de estrutura interna de PLD/FT afasta a incidência das obrigações de comunicação de operações suspeitas previstas na Lei nº 9.613/1998, aplicáveis às instituições integrantes do sistema financeiro.
- (E) a abordagem baseada em risco autoriza a entidade a não manter registros de operações quando não consideradas suspeitas conforme as políticas da entidade, bastando, em caso de pedido formal, o compartilhamento de informações cadastrais após requisição da fiscalização.

97. O Decreto nº 11.129/2022, ao regulamentar a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), estabelece os parâmetros de avaliação do programa de integridade. À luz desse Decreto, é correto afirmar que

- (A) o programa de integridade prescinde do comprometimento efetivo da alta direção, porquanto cabe à atuação da instância tática e operacional interna a aplicação do programa no dia a dia.
- (B) o programa deve envolver os empregados e os administradores, sendo vedado estender códigos de conduta e políticas de integridade a terceiros não integrantes da organização, como fornecedores e prestadores de serviço.
- (C) a existência do programa de integridade é avaliada por sua formalização documental, independentemente de sua efetiva aplicação, a qual serve apenas como mecanismo de ranqueamento e enquadramento das organizações em diferentes níveis de governança.
- (D) os canais de denúncia via de regra devem ser dirigidos aos funcionários, vedada a divulgação a terceiros, e abrangendo mecanismos de proteção ao denunciado contra denúncias difamatórias.
- (E) o programa é avaliado quanto à sua existência e aplicação, considerando, entre outros parâmetros, o comprometimento da alta direção, a gestão de riscos com análise e reavaliação periódicas e a existência de canais de denúncia com proteção ao denunciante de boa-fé.

98. Uma EFPC trata dados pessoais de participantes e assistidos para a administração dos planos de benefícios, incluindo dados de saúde utilizados no cálculo de reservas e na concessão de benefícios por invalidez.

Ao analisar o tratamento à luz da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), é correto afirmar que:

- (A) os dados de saúde dos assistidos são dados pessoais comuns, sujeitos ao mesmo regime dos demais, sem qualquer distinção de tratamento.
- (B) o controlador é a pessoa, natural ou jurídica, a quem competem as decisões referentes ao tratamento dos dados, ao passo que o operador realiza o tratamento em nome do controlador.
- (C) o consentimento do titular é a única base legal que autoriza o tratamento de dados pessoais, sendo vedado o tratamento fundado em obrigação legal ou regulatória.
- (D) o encarregado é a autoridade nacional responsável por fiscalizar o cumprimento da Lei em todo o território nacional.
- (E) o princípio da necessidade autoriza a coleta do maior volume possível de dados, a fim de assegurar a completude cadastral do participante.

99. A Resolução CGPC nº 13/2004 estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar (EFPC).

Sobre esse normativo, é correto afirmar que

- (A) as práticas de governança, gestão e controles internos podem variar entre entidades, devendo ser adequadas ao porte, à complexidade e aos riscos inerentes aos planos de benefícios operados.
- (B) a responsabilidade pela cultura de controle interno é predominantemente da auditoria independente contratada e subsidiariamente dos conselhos deliberativo e fiscal e da diretoria-executiva.
- (C) a resolução não trata expressamente da eventual instituição de auditoria interna, cujas funções são mencionadas como absorvidas pelo conselho fiscal, órgão sujeito à diretoria executiva e de funcionamento permanente.
- (D) a observância de elevados padrões éticos e de integridade pelos dirigentes é recomendação sem relação direta com a defesa dos direitos dos participantes, mas, sim, com a relação aos deveres deontológicos dos administradores de recursos de terceiros.
- (E) por se tratar de norma de governança, seus comandos aplicam-se obrigatoriamente apenas às entidades abertas de previdência complementar, sem prejuízo da sua aplicação por entidades fechadas de previdência.

100. No contexto do gerenciamento de processos de negócio (*Business Process Management* — BPM), do mapeamento de processos e da definição de controles-chave e indicadores, é correto afirmar que

- (A) o BPM é uma iniciativa pontual, de caráter estático, que se encerra com a publicação do desenho do processo (*as is*), não abarcando os posteriores ciclos de monitoramento e melhoria contínua, que cabem à organização.
- (B) o mapeamento *to be* descreve o processo tal como ele existe atualmente, enquanto o modelo *as is* representa o processo desejado após as melhorias a serem implantadas pelos agentes internos e externos.
- (C) controles-chave são os que atuam sobre os pontos de maior risco do processo, cuja falha comprometeria de forma relevante o alcance dos objetivos, e cuja efetividade pode ser acompanhada por indicadores, como os KPIs e os KRIs.
- (D) os controles existentes quanto às entradas (*inputs*) de um processo devem ser classificados como controles-chave, pois a criticidade destes, via de regra, independe da avaliação de riscos.
- (E) os indicadores-chave de desempenho (KPIs) e os indicadores-chave de risco (KRIs) são expressões análogas, visto que medem o mesmo objeto dentro da lógica do mapeamento de processos.

